

AçãoFiscal

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

<http://www.sindifiscal-es.org.br/>

Sindifiscal abre diálogo com governador e apresenta pautas estratégicas do Fisco



Página 03

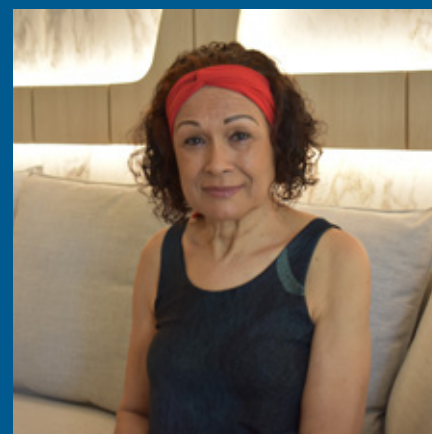
Diretoria em reunião nacional da Fenafisco

Página 05



Filiados aprovam pautas para 2026

Página 03



Resenha com DINA LOPES DUARTE

Página 10

Fisco capixaba em momento estratégico de mudanças

A edição de março e abril do Ação Fiscal evidencia um momento estratégico para o Fisco capixaba. Em um cenário de mudanças no sistema tributário brasileiro, o papel dos Auditores Fiscais da Receita Estadual torna-se ainda mais central para garantir segurança jurídica, eficiência arrecadatória e equilíbrio federativo. O início do diálogo com o novo governo estadual, destacado na capa desta edição, marca a construção de um canal necessário para enfrentar os impactos da reforma tributária. Trata-se de um processo complexo, que exigirá planejamento, investimento e valorização das carreiras típicas de Estado. A atuação do Sindifiscal, em âmbito nacional, reforça que os desafios não são

isolados. A participação na 237ª reunião da Fenafisco e o avanço nas discussões sobre a Lei Orgânica da Administração Tributária demonstram a importância da articulação e de uma visão de longo prazo. No plano interno, a Assembleia Geral Ordinária reafirma a importância da participação da categoria, com a aprovação das contas e a definição da pauta de reivindicações para 2026. Outro ponto relevante desta edição é o debate sobre verbas indenizatórias e as recentes decisões do STF. Ainda que não atinjam diretamente os Auditores Fiscais da Receita Estadual, os desdobramentos reforçam a necessidade de regras claras, estabilidade normativa e respeito às especificidades das carreiras. Segurança jurídica não é apenas um princípio, mas condição essencial para

o bom funcionamento do Estado. Também ganham destaque as ações de fiscalização, que mostram, na prática, a relevância do trabalho desenvolvido diariamente pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual. Seja no combate à irregularidade no transporte de mercadorias ou na apreensão de produtos com indícios de fraude, fica evidente o impacto direto da atuação do Fisco na justiça fiscal e na concorrência leal. E, além das pautas institucionais, esta edição também reforça um valor essencial: a valorização de quem construiu a história do Fisco capixaba. O Encontro Capixaba de Aposentados e Pensionistas (ENCAP 2026), que percorrerá diversas regiões do Estado, promove momentos de reencontro, reconhecimento e proximidade com aqueles que seguem sendo

parte fundamental da entidade. Por fim, a trajetória da Auditora Fiscal da Receita Estadual aposentada Dina Lopes Duarte relembra que o serviço público é feito de histórias marcadas por dedicação, ética e compromisso. São essas trajetórias que sustentam o presente e inspiram o futuro. Diante de tantos desafios e transformações, uma certeza permanece: o fortalecimento do Fisco passa pelo diálogo qualificado, pela atuação técnica e pelo engajamento da categoria. É nesse caminho que o Sindifiscal segue, com responsabilidade e visão estratégica. A Diretoria.

Reforma tributária pauta primeiro encontro entre Sindifiscal e governador Ricardo Ferraço



A diretoria do Sindifiscal esteve no Palácio Anchieta, no dia 7 de abril, em reunião com o governador Ricardo Ferraço, empossado no cargo nos primeiros dias do mês. O encontro teve como objetivo a apresentação do sindicato ao chefe do Executivo estadual, além de abrir diálogo

sobre temas estratégicos para a administração tributária capixaba. Entre os principais pontos abordados, esteve a reforma tributária em curso no país e os impactos diretos para o Estado. A diretoria destacou a preocupação com a necessidade de adequação da estrutura da Receita Estadual,

especialmente nos aspectos técnicos e funcionais, para garantir que o Espírito Santo esteja preparado para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças no sistema tributário. Também foi ressaltada a importância do fortalecimento da atuação dos Auditores Fiscais da Receita

Estadual nesse novo cenário, considerando o papel essencial da categoria na implementação e na efetividade do novo modelo tributário, que terá seu regramento plenamente consolidado até 2033. Participaram da reunião o presidente do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro; o vice-presidente, Bruno Nardotto; o diretor administrativo, Elcio Uliana; a conselheira do Sindifiscal, Sarah Vantil; além do secretário da Fazenda, Benício Costa; do subsecretário, Thiago Venâncio; e da deputada estadual Janete de Sá. A reunião marca o início do diálogo entre o Sindifiscal e o novo governo, com foco na construção de soluções que assegurem eficiência arrecadatória e segurança jurídica durante o período de transição da reforma.

Expediente

Geraldo José Pinheiro
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

Bruno Barcelos Nardotto
Vice-Presidente
bruno.nardotto@sindifiscal-es.org.br

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Diretor Tesoureiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Élcio Pedro Uliana
Diretor Administrativo
euliana@sefaz.es.gov.br

Jessé Lago dos Santos
Diretor Jurídico
juridico@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor de Aposentados e Pensionistas
demuner@yahoo.com

Leandro Gonçalves Kuster
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

José Fermo
Luiz Carlos Ferreira Pinto
Rogério Zanon da Silveira
Sarah Prates Vantil Zouain

CONSELHO FISCAL

Zenaide Tomazelli Lança
Mônica de Araújo Saldanha
Herval José Borini Cezarino

DELEGADOS SINDICAIS

Carlos Nunes de Oliveira Neto
Região Metropolitana

André Gomes Santana
Região Nordeste

Marcelo da Silva Ramos
Região Sul

José Galvone Scarpati Júnior
Região Noroeste

Ação Fiscal
Março/Abril de 2026
Edição 204

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Patrícia Battestin

ESTAGIÁRIO
Heitor Robers

Tiragem: 800 exemplares

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº955 - Edifício Global Tower. Salas 714 e 715 Enseada do Suá. Vitória/ES - CEP: 29050335
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05
Email: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Confira todas as notícias em nosso site:

QR Code Site Sindifiscal-ES



Aponte a câmera do seu celular para o código!

Diretoria do Sindifiscal se reúne para avaliar alternativas para uso das sedes sociais

Durante reunião realizada em 01 de Abril, a diretoria do Sindifiscal discutiu, entre outros temas, o uso e a gestão das sedes sociais da entidade, especialmente a unidade de Vila Velha. A questão vem sendo debatida no âmbito do sindicato, considerando os custos de manutenção e a necessidade de concentrar esforços na atividade fim da entidade. Durante a reunião, foram analisadas possibilidades de

melhor aproveitamento dos espaços, incluindo alternativas que possam gerar receita e reduzir a demanda administrativa envolvida na gestão das sedes. A diretoria destacou que não há qualquer decisão tomada até o momento. Todas as propostas estão em fase de análise e, caso avancem, serão amplamente discutidas com os Auditores Fiscais da Receita Estadual, por meio de reuniões regionais.

Qualquer encaminhamento será submetido à deliberação em assembleia geral, garantindo total transparência e participação da categoria no processo decisório.



Filiados aprovam contas e definem pauta de reivindicações do Sindifiscal para o ano de 2026



O Sindifiscal realizou, no dia 31 de março, Assembleia Geral Ordinária na sede social, em Vila Velha, reunindo filiados e filiadas para deliberação de temas estratégicos para a ca-

tegoria.

Durante a assembleia, foram aprovadas, pela maioria dos votos, a prestação de contas do exercício anterior e a pauta de reivindicações para 2026.

Entre os principais pontos definidos, está a internalização da Reforma Tributária, conforme a Emenda Constitucional 132 de 2023, na Constituição Estadual. A medida é considerada fundamental para garantir segurança jurídica e alinhamento do Estado às novas diretrizes do sistema tributário

Outro destaque é a proposta de adequação do FUNSEFAZ, com a inclusão da previsão de pagamento de auxílio saúde, além da defesa da extensão do bônus de eficiência aos Auxiliares Fazendários e aos aposentados, ampliando o alcance de políticas de valorização da

categoria.

A pauta também reafirma a manutenção da reivindicação de posicionamento remuneratório com base na média nacional, além da discussão da Lei Orgânica da Administração Tributária Estadual, tomando como referência a Lei Complementar Nacional.

Para a diretoria do Sindifiscal, a assembleia evidencia a importância do engajamento da categoria na definição de prioridades. O sindicato destaca que seguirá atuando com diálogo e firmeza na defesa dos interesses dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

Novo auditório da Sede Social de Vila Velha marca avanço estrutural e amplia uso do espaço

Já que falamos sobre a Assembleia Geral Ordinária, esse foi o primeiro encontro realizado no novo auditório da Sede Social do Sindifiscal, em Vila Velha. O espaço passou por reestruturação completa, com foco na segurança, funcionalidade e conforto dos filiados, agora em um ambiente climatizado e adequado para reuniões e assembleias.

O presidente do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro, destacou que a intervenção já estava prevista e resultou em um espaço mais qualificado, com infraestrutura de apoio e potencial de uso além das atividades institucionais.

À frente da execução, o diretor tesoureiro do Sindifiscal, Carlos Heugênio Camisão, que também é engenheiro civil, explica que a obra começou a partir da identificação de problemas estruturais, como ferragens expostas, trincas e sinais de desgaste provocados pelo tempo e pelas condições ambientais. “Foi necessário recuperar as cintas, reforçar a estrutura e corrigir infiltrações, além de revisar telhado, laje e sistemas elétrico e hidráulico”, afirma.

A intervenção também incluiu a ampliação da área construída, criação de banheiros e copa de apoio e a

eliminação de divisórias antigas para dar lugar a um salão único. “Houve a retirada de elementos estruturais no interior para viabilizar um espaço mais amplo, com capacidade para mais de 120 pessoas, além da instalação de climatização adequada”,

completa.

Com a nova configuração, o auditório passa a atender tanto às demandas do sindicato quanto à locação para eventos, ampliando as possibilidades de uso e contribuindo para a sustentabilidade financeira da entidade.



Em Salvador: Sindifiscal participa de reunião nacional e reforça atuação em pautas estratégicas do Fisco



O Sindifiscal esteve presente na 237ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco, realizada nos dias 27 e 28 de março, em Salvador. Representaram a entidade o presidente Geraldo José Pinheiro e o vice-presidente Bruno Nardotto.

O encontro reuniu lideranças de todo o país em um dos principais espaços de deliberação do Fisco estadual e distrital, consolidando-se como ambiente estratégico para articulação institucional, definição de posicionamentos e alinhamento de ações que impactam diretamente a atuação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

Entre os principais temas debatidos estiveram a reforma tributária, a reforma ad-

ministrativa e a construção da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), considerada uma das pautas prioritárias para o fortalecimento institucional do Fisco brasileiro.

Avanços na Lei Orgânica da Administração Tributária

Durante a reunião, os sindicatos filiados à Fenafisco aprovaram as diretrizes da futura LOAT, marcando um avanço significativo na elaboração de uma proposta nacional voltada à valorização das carreiras e ao aprimoramento da Administração Tributária.

A partir dessa deliberação, a Diretoria Executiva da Federação deu início ao diálogo com entidades nacionais e organizações representati-

vas, com o objetivo de construir, de forma colaborativa, o texto do projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Executivo Federal e posteriormente ao Congresso Nacional.

Verbas indenizatórias e articulação nacional

Outro ponto de destaque foi o debate sobre as verbas indenizatórias, tema que permanece em evidência no cenário jurídico e legislativo nacional. Embora o Supremo Tribunal Federal ainda não tenha fixado uma tese geral sobre o tema, a Corte tem consolidado entendimentos no sentido de exigir rigor na caracterização dessas verbas, afastando pagamentos de natureza remuneratória indevidamente classifica-

dos como indenizatórios.

A Fenafisco acompanha de forma permanente essas discussões, alertando para a necessidade de segurança jurídica e de critérios claros que respeitem as especificidades da Administração Tributária e das carreiras típicas de Estado.

No âmbito do Conselho Deliberativo, foi destacada a importância do acompanhamento das iniciativas no Congresso Nacional voltadas à possível regulamentação de normas gerais sobre verbas indenizatórias, o que poderá impactar diretamente a estrutura remuneratória das carreiras do Fisco em todo o país.

Assembleia Legislativa do ES aprova reajuste de 4% com impacto também no subsídio do governador



Crédito: Natan de Oliveira

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou o reajuste linear de 4% para os servidores públicos estaduais, no âmbito da Revisão Geral Anual. A medida alcança mais de 100 mil vínculos e contempla servidores ativos, aposentados e pensionistas, incluindo civis e militares. Durante a tramitação, a proposta encaminhada pelo Poder Executivo foi ampliada. O texto original não previa reajuste para o subsídio do governador. No entanto, por meio de emenda apresentada pela Mesa Diretora

da Ales, o mesmo percentual de 4% foi estendido ao governador e ao vice governador. A emenda foi proposta pelos deputados Marcelo Santos, Hudson Leal, Janete de Sá, Mazinho dos Anjos e Dary Pagung. Com a aprovação, o subsídio do governador passa de R\$ 34.774,64 para R\$ 36.164,96, enquanto o do vice governador é reajustado de R\$ 31.596,31 para R\$ 32.860,16. Na justificativa da proposta, os parlamentares afirmam que a medida busca assegurar a coerência do sistema constitucional remuneratório,

evitando distorções decorrentes da defasagem do teto estadual e garantindo a efetiva aplicação da revisão geral anual. **Reajuste não agrada os servidores** Apesar da aprovação, o percentual concedido não recompõe as perdas inflacionárias recentes, estimadas entre 4,5% e 5%, o que mantém a defasagem no poder de compra dos servidores. Outro ponto de crítica é o início dos efeitos financeiros apenas a partir da folha de julho de 2026. Na prática,

os servidores permanecem durante metade do ano sem recomposição salarial, ampliando as perdas acumuladas no período.



Crédito: Natan de Oliveira



Crédito: Natan de Oliveira

STF fixa limites para “penduricalhos” e reforça necessidade e urgência de lei nacional



O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu novos limites para o pagamento de verbas indenizatórias a magistrados e membros do Ministério Público e reforçou a necessidade de uma regulamentação nacional sobre o tema. A decisão foi concluída nesta semana e também estabeleceu que as regras não se aplicam automaticamente a outras carreiras do serviço público. Pelo entendimento da Corte, apenas benefícios previstos em lei federal poderão ser pagos. Durante um período de transição, essas verbas fi-

cam limitadas a até 35% do teto constitucional, hoje em R\$ 46,3 mil. Também foi autorizado um adicional por tempo de serviço que pode chegar ao mesmo percentual. Pagamentos sem previsão legal deverão ser suspensos. **Falta de lei nacional** Apesar das mudanças, o STF reconheceu que a medida é provisória. As regras funcionam como uma transição até que o Congresso Nacional aprove uma lei que estabeleça critérios uniformes para todo o país. Durante o julgamento, ministros destacaram que a au-

sência dessa regulamentação abriu espaço para a criação de benefícios e distorções ao longo dos anos. **Alcance restrito** Ao analisar a Reclamação 88.319, o STF deixou claro que a decisão vale apenas para magistratura e Ministério Público, por se tratar de carreiras com regime previsto na Constituição. A Corte também definiu que as demais carreiras do serviço público continuarão seguindo suas próprias regras. As verbas indenizatórias permanecem regidas pelas leis estatutárias ou pela

Consolidação das Leis do Trabalho, até que uma lei nacional seja criada. **Impacto para Auditores Fiscais** Para os Auditores Fiscais da Receita Estadual, a decisão não altera os regimes atuais. As verbas seguem amparadas em leis estaduais, o que garante segurança jurídica. Ao afastar a aplicação automática das novas regras, o STF evita impactos sobre outras carreiras e reforça que eventuais mudanças dependerão de uma legislação nacional.

PLP 108/ 2021: 376 mil capixabas podem ser beneficiados com novo teto do MEI



A Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o regime de urgência para a tramitação do PLP 108/2021, que propõe a ampliação do teto de faturamento anual dos microempreendedores individuais (MEI) de R\$ 81 mil para R\$ 130 mil, além de permitir a contratação de até dois funcionários.

Com a aprovação da urgência, o projeto passa a ter prioridade na pauta e pode ser analisado diretamente pelo plenário, sem necessidade de tramitação pelas comissões temáticas.

A proposta, que tramita no Congresso Nacional desde 2021, busca atualizar os limites do regime simplificado, considerados defasados desde 2018, e ampliar o alcance

da formalização no país.

Mais de 370 mil beneficiados no ES

Segundo o Auditor Fiscal da Receita Estadual e Supervisor do Simples Nacional, Edilson Paulo de Souza, no Espírito Santo, aproximadamente 321 mil Microempreendedores aguardam ansiosamente o desfecho sobre a tramitação do PLP 108/2021, que está pendente de deliberação no Congresso Nacional há quase cinco anos.

“Estudos realizados pela Receita Estadual do Espírito Santo estimam que outros 55 mil contribuintes - atualmente enquadrados no Simples Nacional como Microempresa, poderiam migrar para a modalidade de Microempreendedor Indivíduo

al caso o limite seja elevado para R\$ 130 mil”, destacou o Auditor Fiscal.

Ainda de acordo com Edilson, deste modo 376 mil contribuintes capixabas poderiam ser beneficiados com o aumento do limite proposto, o que seria de grande alívio para os pequenos empreendedores - já que a mais recente atualização dos valores da receita bruta para o MEI ocorreu em 2018.

Impactos esperados

Estudos de instituições como o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas indicam que a formalização pode elevar a renda dos trabalhadores em até 25%, além de estimular maior dedicação ao negócio.

A ampliação do teto também pode contribuir para a

geração de empregos e para a redução da informalidade. Estimativas apontam que cerca de 470 mil empreendimentos atualmente fora do enquadramento do MEI poderiam ser incluídos no regime com a mudança.

Próximos passos

Com o regime de urgência aprovado, o texto aguarda definição de relatoria e inclusão na pauta do plenário da Câmara. Caso seja aprovado sem alterações, seguirá para sanção presidencial. Se houver mudanças, retorna ao Senado para nova análise.

“A aprovação do projeto é importante, é urgente e é impactante. Que avance com a maior celeridade que o assunto merece”, finalizou Edilson Paulo de Souza.

Audidores Fiscais da Receita Estadual autuam R\$ 51,7 mil em operação no sul do ES



A Receita Estadual realizou, no dia 11 de março, uma operação de fiscalização na Rodovia BR 482, em Cachoeiro de Itapemirim, com foco no controle do transporte de mercado-

rias. A ação contou com apoio da Polícia Militar e reforça a presença do Fisco nas principais rotas de circulação de cargas no Espírito Santo.

Durante a abordagem, Auditores Fiscais da Receita Es-

tadual identificaram o transporte irregular de chapas de rochas ornamentais sem a documentação fiscal exigida. A carga apreendida ultrapassava 450 metros quadrados.

Diante da irregularidade, foram adotadas as medidas cabíveis, com a lavratura de autos de infração que resultaram no recolhimento imediato de R\$ 51,7 mil.

A operação integra o trabalho permanente de fiscalização desenvolvido pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual, especialmente em setores relevantes para a economia capixaba, como o de rochas ornamentais.

De acordo com o subgerente fiscal da Região Sul, o

Auditor Fiscal Florentino Dalfior Junior, a atuação em campo é essencial para assegurar o cumprimento da legislação tributária. “Essas ações são fundamentais para coibir a circulação de mercadorias sem documentação fiscal, combater a evasão de divisas e assegurar condições de concorrência leal para as empresas que atuam corretamente no mercado”, destacou.

O monitoramento contínuo contribui para a proteção das empresas que operam de forma regular e para o fortalecimento de um ambiente de negócios mais equilibrado no Estado.

Denúncia resulta na apreensão de 186 bicicletas elétricas com irregularidades

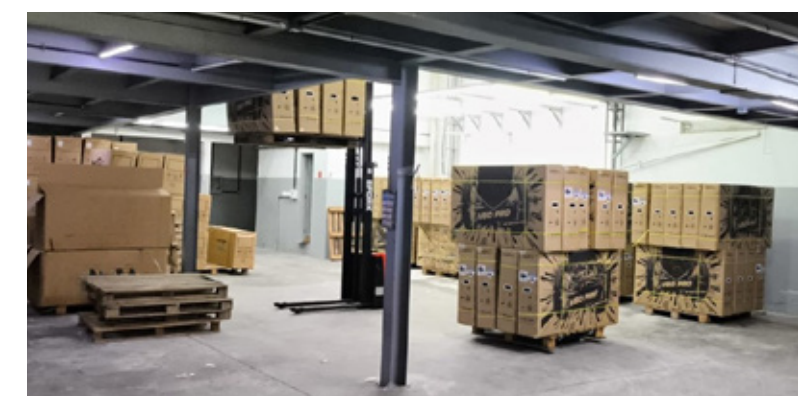
Uma denúncia anônima levou Auditores Fiscais da Receita Estadual a apreenderem um contêiner com 186 bicicletas elétricas, além de diversos componentes, que estavam sendo descarregados em um estabelecimento sem inscrição estadual.

O caso chamou atenção também pelos valores: segundo a documentação apresentada, cada bicicleta foi declarada por cerca de R\$ 450, enquanto no mercado esses modelos podem chegar a R\$ 10 mil para o consumidor final.

Como a mercadoria estava sendo destinada a um estabelecimento irregular, a nota fiscal foi desconsiderada para fins fiscais, resultando na lavratura de auto de infração de R\$ 94 mil, sendo R\$ 34 mil de imposto e R\$ 60 mil em multas.

A ação integra um conjunto de operações da Receita Estadual voltadas ao combate a fraudes no setor de bicicletas elétricas e veículos autônomos, que já foram alvo de autuações milionárias no estado.

“A legislação exige que a circulação de mercadorias



ocorra entre contribuintes devidamente inscritos, justamente para garantir o controle fiscal”, destacou o Auditor Fiscal da Receita Estadual e supervisor de Trânsito de Mercadoria, Juarez de Castro.

O Auditor Fiscal também alertou para possíveis práticas irregulares ao longo da cadeia: “Valores muito abaixo dos praticados no mercado podem indicar estratégias para reduzir artificialmente a carga tributária.”

RESENHA COM DINA LOPES DUARTE



A história da Auditora Fiscal da Receita Estadual aposentada Dina Lopes Ferreira Duarte começa longe do Espírito Santo e sem qualquer plano traçado para a carreira pela qual se apaixonou.

Natural de Itaboraí, no Rio de Janeiro, ela chegou ao interior capixaba no início dos anos 1980, recém-casada, acompanhando o marido.

O que parecia apenas uma mudança de vida acabou se transformando no início de uma trajetória de mais de três décadas no Fisco estadual.

“Eu não sabia do concurso. Fui informada por um amigo do meu marido, que inclusive me emprestou dinheiro para a inscrição. Nós havíamos acabado de nos mudar e o dinheiro daquele mês foi para comprar os móveis. Mas parece que foi tudo se encaixando para dar certo”, conta.

A aprovação no concurso de 1984 veio junto com desafios pessoais. Dina estava grávida do primeiro filho quando enfrentou a maratona da prova e as dificuldades de deslocamento entre Vitória e São Gabriel da Palha, cidade onde passou a viver.

“Não tinha ônibus para voltar. Vim em pé, pendurada, três horas e meia, quatro horas de viagem. E depois ainda descobri que estava grávida. Foi um perrengue”, relembra.

“Eu sempre trabalhei da forma mais correta o possível.”

Apesar das dificuldades iniciais, foi em São Gabriel da Palha que construiu não apenas a carreira, mas tam-

bém sua identidade profissional e pessoal. Na coletoria da Receita, tornou-se conhecida pela firmeza técnica e pela forma próxima de lidar com a população.

“Eu sempre trabalhei da forma mais correta possível. Os meus processos nunca voltavam por falta de documentação. Eu conferia tudo antes, então eles seguiam direto”, afirma.

A relação com a comunidade ultrapassava o ambiente formal do trabalho. Produtores rurais, comerciantes e moradores buscavam orientação diretamente

com ela, muitas vezes fora do expediente.

“Eu levava nota fiscal para casa. As pessoas batiam no meu portão para resolver mudança, documentação. E eu atendia”, diz.

O reconhecimento vinha em forma de confiança e também de gestos simples. “As pessoas queriam presentear. Eu falava que não queria nada para mim. Se fosse para trazer, que fosse para dividir com todo mundo ou com quem precisava.”

Mesmo com a proximidade, Dina nunca abriu mão do rigor na aplicação da lei. “Eu dizia: aqui a gente faz o que a lei permite. Não sou eu que faço a lei, mas eu cumpro.”

Da experiência no interior aos desafios na capital

Após quase 20 anos em São Gabriel da Palha, Dina se mudou para Vitória, em 2001, principalmente para acompanhar a formação dos filhos. Na capital, passou a atuar em áreas estratégicas da Secretaria da Fazenda.

Começou no setor de IPVA e, posteriormente, assumiu a chefia da Dívida Ativa, função que define como o maior desafio da carreira.

“Foi o maior desafio, sem dúvida. Às vezes até juízes ligavam direto pra mim”, relata.

A rotina era intensa e exigia dedicação constante, muitas vezes além do horário convencional. “Eu lembro que teve um carnaval que

eu não viajei. Era sexta-feira e eu estava na Secretaria da Fazenda, tarde da noite.”

A intensidade do trabalho, no entanto, nunca foi vista por ela como um peso. “Eu não sentia como estresse. Eu gostava do que fazia. Só depois que a gente se aposenta é que percebe o quanto era puxado.”

“Eu fui muito feliz no que eu fiz.”

Na liderança, manteve o mesmo padrão que marcou sua trajetória desde o início: organização, responsabilidade e cuidado com a equipe.

“Eu sempre dizia: vocês têm horário para chegar e sair. Enquanto estão aqui, precisam cumprir o que foi com-

binado. É o nosso trabalho.”

Formação, disciplina e entrega

Ao longo da carreira, Dina investiu na própria formação. Graduou-se em Ciências Contábeis, conciliando estudos com trabalho e maternidade, em uma rotina intensa entre São Gabriel da Palha e Colatina.

“Eu saía do trabalho na sexta-feira, pegava o ônibus, estudava sexta e sábado e voltava. Foi de 1993 a 1996. Era cansativo, mas foi muito importante para mim.”

A dedicação também se refletia no dia a dia profissional. Mesmo em períodos de férias, mantinha o controle sobre processos mais complexos.

“Eu pedia para deixar alguns processos comigo. Eu gostava de analisar com calma. Era uma responsabilidade que eu levava a sério.”

Aposentadoria e continuidade dos vínculos

Dina se aposentou em março de 2015, após mais de 30 anos de serviço. Antes de sair, fez questão de preparar quem assumiria sua função e organizar toda a área.

“Eu não queria simplesmente sair. Eu preparei tudo, passei tudo. Era como se fosse a minha casa.”

A decisão veio com a sensação de dever cumprido. “Eu fui muito feliz no que eu fiz. Tenho saudade das pessoas, do ambiente, de tudo. Mas, encerrei com chave de ouro. Cumpri meu papel.”

Hoje, dedica seus dias à família, especialmente aos netos, e mantém uma rotina que ainda carrega traços da vida no interior.

“Hoje me dedico aos meus três netos e ao sítio. A gente planta, colhe e distribui. Sempre gostei disso, de compartilhar.”



12 COMUNICAÇÃO

Está chegando o ENCAP 2026: veja as datas dos encontros em todo o Espírito Santo

Um dos momentos mais aguardados do calendário do Sindifiscal está prestes a começar. Estamos falando do Encontro Capixaba de Aposentados e Pensionistas (ENCAP).

A edição de 2026 terá início no dia 6 de maio e seguirá até 19 de junho. Ao todo serão 11 encontros regionais, em diferentes cidades do Espírito Santo.

O evento reúne aposentados e pensionistas de dezenas de municípios capixabas

em encontros marcados pela convivência, pelo reencontro entre colegas e pela valorização de trajetórias que ajudaram a construir e fortalecer o Fisco estadual ao longo das últimas décadas.

Com o já tradicional formato itinerante, o ENCAP mantém a proposta de aproximar os filiados, levando os eventos para diversas regiões e reforçando o caráter de integração que marca a iniciativa.

Confira data, horário e local do encontro da sua região

São Mateus

São Mateus, Conceição da Barra, Montanha, Pedro Canário e Pinheiros
Data: 06/05 (quarta-feira)
Horário: 11h
Local: CEPE – Clube dos Empregados da Petrobrás

Linhares

Linhares e Aracruz
Data: 07/05 (quinta-feira)
Horário: 11h
Local: Restaurante Espigueiro

Colatina

Colatina e Baixo Guandu
Data: 13/05 (quarta-feira)
Horário: 11h
Local: Pizzaria Fontana di Trevi

Barra de São Francisco

Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis e Nova Venécia
Data: 13/05 (quarta-feira)
Horário: 19h30
Local: Churrascaria Galpão

Cachoeiro de Itapemirim

Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio, Castelo e Muqui
Data: 21/05 (quinta-feira)
Horário: 11h
Local: Cerimonial Bom Gosto

Marataízes

Marataízes, Itapemirim e Piúma
Data: 22/05 (sexta-feira)

Horário: 11h

Local: Pousada Vista Oceânica

Alegre

Alegre, Guaçuí, Jerônimo Monteiro e Dolores do Rio Preto
Data: 26/05 (terça-feira)
Horário: 11h
Local: Restaurante Casa Velha

Bom Jesus do Itabapoana

Bom Jesus do Itabapoana, Bom Jesus do Norte, Apicá, Itaperuna e São José do Calçado
Data: 27/05 (quarta-feira)
Horário: 11h
Local: Atípico Gastrobar (antigo Marrom Glacê)

Ibatiba

Ibatiba, Conceição do Castelo, Irupi, Iúna e Venda Nova do Imigrante
Data: 03/06 (quarta-feira)
Horário: 11h
Local: Restaurante Vovó Rosinha

Guarapari

Guarapari e Anchieta
Data: 12/06 (sexta-feira)
Horário: 11h
Local: Restaurante Pascoal Grill

Vila Velha

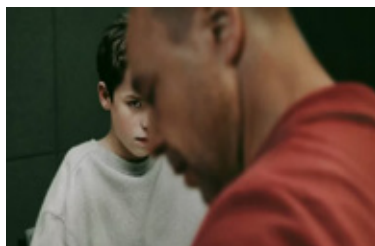
Região Metropolitana de Vitória
Data: 19/06 (sexta-feira)
Horário: 11h
Local: Sede Social Vila Velha

Deixa Saudades



O Complexo Cultural Cais das Artes apresenta a exposição fotográfica "Amazônia", do fotógrafo Sebastião Salgado. A exposição tem entrada gratuita e pode ser visitada até o mês de junho.

Segue a dica



Em "Adolescência", um garoto de 13 anos é acusado de assassinar uma colega de escola, levando a família, a terapeuta e o investigador do caso a se perguntarem: o que realmente aconteceu?



"Devoradores de Estrelas" acompanha a jornada de um professor de ciências que foi enviado ao espaço para investigar uma misteriosa substância que está fazendo o sol se apagar.